



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	IZAENE rev. AMENDES
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN PLEG	VET	00008	2010	14	04	2010	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00008 2010, aposto ao PLC 00019 2005.
À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CHRYSRF rev. CHRYSRF ret. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	15	04	2010	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 41 a 48, referentes a Mensagem nº 25, de 2010-CN (nº 176/2010 na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto PARCIAL aposto ao PLC nº 1.683, de 2003.

***** Retificado em 15/04/2010*****

Onde se lê:

"Juntadas fls. 41 a 48, referentes a Mensagem nº 25, de 2010-CN (nº 176/2010 na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto PARCIAL aposto ao PLC nº 1.683, de 2003".

Leia-se:

"Juntadas fls. 41 a 48, referentes a Mensagem nº 25, de 2010-CN (nº 176/2010 na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto PARCIAL aposto ao PLC nº 19, de 2005".

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CHRYSRF rev. CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	15	04	2010	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto. Ao ofício serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da lei contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após a anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ZIZELMA rev. ZIZELMA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SEXP	VET	00008	2010	16	04	2010	CN SEXP	

Recebido neste órgão às 18h18.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ZIZELMA rev. ZIZELMA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SEXP	VET	00008	2010	22	04	2010	CN SSCLCN	

Anexada cópia do Ofício nº 667/10-SF, de 20 de abril, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 25/10-CN, participando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005, e solicitando a indicação de deputados para compor Comissão Mista. (folha 49)

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CHRYSRF rev. CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	22	04	2010	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 50 a 52, referentes ao estudo de tramitação da matéria vetada (PLC nº 19, de 2005).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MAMEREB rev. MAMEREB
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	06	05	2010	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ILAN rev. MARNIA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00008	2010	06	05	2010	CN SSCLCN	

11h31 - Leitura do Veto Parcial nº 8, de 2010.

O Presidente solicita ao Presidente da Câmara dos Deputados as indicações dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar as Comissões Mistas a serem incumbidas de relatar o veto que acaba de ser lido.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 5 de junho de 2010.

À publicação.

À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CESARFIL rev. CESARFIL
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	30	06	2010	CN SSCLCN	

Em 30/6/2010, foram desentranhadas do processado do PLC 19/2005 as fls. 41 a 55 - referentes à Mensagem nº 25, de 2010-CN, à cópia do Ofício SF nº 667, de 20/4/2010, ao estudo de tramitação da matéria vetada, e à fala de leitura e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria - que passaram a constituir as fls. 2 a 16 deste processado próprio do VET 8/2010.

TIPO	NUMERO	ANO	DIA	MES	ANO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	05	07	2010	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 17, referente ao Ofício SGM/P nº 1001, de 2010, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN ret. MARCOSP
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	05	07	2010	CN SSCLCN	

Juntadas fls. 17, referente ao Ofício SGM/P nº 1001, de 2010, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

***** Retificado em 19/07/2010*****
DESCONSIDERAR STATUS ANTERIOR.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCOSP rev. MARCOSP ret. DAIANERS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00008	2010	10	05	2011	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Incluído na ordem do dia da Sessão Conjunta de 11 de maio de 2011, às 12 horas.

***** Retificado em 11/05/2011*****

Retirado da Ordem do Dia em razão do adiamento da sessão, por acordo dos Senhores Líderes da Câmara e do Senado. (Of. 549/2011-CN)



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	LUIZS rev. LUIZS
		Tipo VET	Número 00008	Ano 2010	Dia 18	Mês 12	Ano 2012		

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	MONDIN rev. SAZEVEDO
		Tipo VET	Número 00008	Ano 2010	Dia 27	Mês 08	Ano 2013		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL

N. Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00008	2010	19	12	2012	CN SSCLCN	

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 174, de 13 de abril de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, em aditamento à Mensagem nº 137, de 30 de março de 2010, de cópia da Exposição de Motivos nº 32, de 9 de abril de 2010, do Ministério da Fazenda.

Nº 175, de 13 de abril de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.228, de 13 de abril de 2010.

Nº 176, de 13 de abril de 2010.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º da art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.683, de 2003 (nº 19/05 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras".

Ouvidos, os Ministérios da Defesa e do Meio Ambiente manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso III do parágrafo único do art. 1º

"Art. 1º

III - a ilha Rasa, bem como a área marinha num raio de 200m (duzentos metros) ao seu redor."

Razões do veto

"A ilha Rasa possui instalação militar da Marinha do Brasil e equipamentos de comunicações, dentre eles, os destinados à navegação marítima e aérea. Sua inclusão na espécie de unidade de conservação denominada Monumento Natural poderia gerar uma série de incompatibilidades entre as atividades mencionadas e os objetivos específicos de uma unidade de conservação de proteção integral, contrariando o interesse público."

O Ministério do Meio Ambiente manifestou-se, também, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Caput do art. 4º

"Art. 4º O Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por proprietários de terras localizadas em seu interior."

Razões do veto

"O art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que determina a composição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação do grupo de Proteção Integral, apresenta redação mais precisa, em especial ao se considerar inciso IV do art. 20 da Constituição Federal, que inclui como bens da União as ilhas oceânicas e costeiras."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos anteriormente mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 177, de 13 de abril de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.

CASA CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 44, DE 13 DE ABRIL DE 2010

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, e tendo em vista o disposto no arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), na Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010), no Decreto nº 7.144, de 30 de março de 2010, e na Portaria MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 145, de 29 de março de 2010, com suas respectivas alterações, resolve:

Art. 1º A movimentação e o empenho das dotações orçamentárias das Unidades da Presidência da República, constantes da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 (LOA 2010), e créditos adicionais, ficam limitados aos valores constantes dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Portaria, observando-se a relação de fontes de recursos, bem como o que preceitua o Decreto nº 7.144, de 30 de março de 2010, e na Portaria MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 145, de 29 de março de 2010, com suas alterações.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República para controlar os limites previstos nesta Portaria, bem como efetuar o remanejamento orçamentário no âmbito das Unidades da Presidência da República, respeitando os limites máximos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e respectivos créditos, para cada órgão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA

ANEXO I

VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Em R\$ Mil		
	ATÉ DEZEMBRO		
	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
20101 - Secretaria de Administração	119.769	46.115	165.884
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM	61.000	27.500	88.500
Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP	450	-	450
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA	800	-	800
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI	24.000	7.000	31.000
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE	5.523	77	5.600
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM	244.700	-	244.700
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI	3.600	50	3.650
Secretaria Geral - SG/PR	327.995	219	328.214
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG	3.000	-	3.000
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	54.700	5.000	59.700
20120 - Arquivo Nacional - NA	11.660	1.000	12.660
20121 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH	90.973	46.468	137.441
20122 - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM	33.381	11.619	45.000
20125 - Controladoria-Geral da União - CGU	48.700	4.800	53.500
20126 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR	15.965	135	16.100
20128 - Secretaria Especial de Portos - SEP	20.000	82.577	102.577

20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	11.361	895	12.256
20225 - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	30.000	10.000	40.000
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	145.966	70.806	216.772
20926 - Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	7.250	50	7.300
20928 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	5.759	-	5.759

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 180, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

Em R\$ Mil

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ATÉ DEZEMBRO		
	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	-	300	300
20120 - Arquivo Nacional - AN	50	-	50
20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	44	-	44
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	18.848	14.380	33.228
20926 - Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	620	3.580	4.200
20927 - Fundo de Imprensa Nacional - FUNIN	33.300	1.500	34.800

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONALDIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

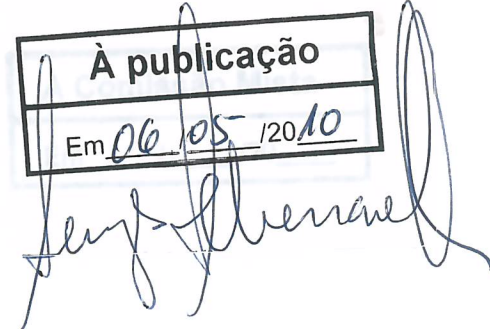
ERENICE ALVES GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
Secretário Executivo da Casa Civil

VET 8/2010

MCN 25/2010

Mensagem nº 176



Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.683, de 2003 (nº 19/05 no Senado Federal), que “Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras”.

Ouvidos, os Ministérios da Defesa e do Meio Ambiente manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso III do parágrafo único do art. 1º

“Art. 1º
.....

III - a ilha Rasa, bem como a área marinha num raio de 200m (duzentos metros) ao seu redor.”

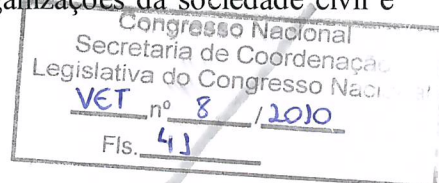
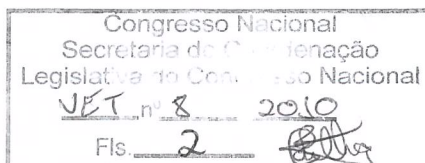
Razões do veto

“A ilha Rasa possui instalação militar da Marinha do Brasil e equipamentos de comunicações, dentre eles, os destinados à navegação marítima e aérea. Sua inclusão na espécie de unidade de conservação denominada Monumento Natural poderia gerar uma série de incompatibilidades entre as atividades mencionadas e os objetivos específicos de uma unidade de conservação de proteção integral, contrariando o interesse público.”

O Ministério do Meio Ambiente manifestou-se, também, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Caput do art. 4º

“Art. 4º O Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por proprietários de terras localizadas em seu interior.

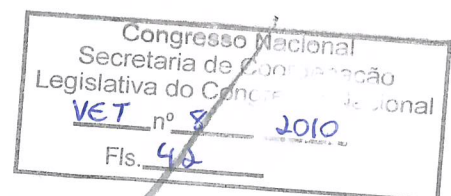
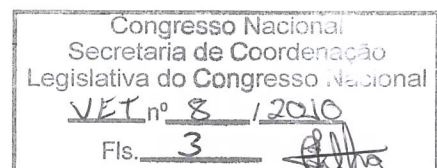


Razões do veto

“O art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que determina a composição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação do grupo de Proteção Integral, apresenta redação mais precisa, em especial ao se considerar inciso IV do art. 20 da Constituição Federal, que inclui como bens da União as ilhas oceânicas e costeiras.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos anteriormente mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de abril de 2010.



Sanciono em parte, pelas
razões constantes da
Mensagem de veto.
13.4.10

[Assinatura]

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	8 / 2010
Fls.	2

Dispõe sobre a criação do
Monumento Natural do Arquipélago
das Ilhas Cagarras.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, situado no Oceano Atlântico, ao largo da Praia de Ipanema, no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de preservar:

I - remanescentes do ecossistema insular do domínio da Mata Atlântica;

II - belezas cênicas;

III - refúgio e área de nidificação de aves marinhas migratórias.

Parágrafo único. Compõem o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras:

I - as ilhas Cagarras, Palmas e Comprida e a ilhota Filhote da Cagarra, bem como a área marinha num raio de 10m (dez metros) ao redor das ilhas e da ilhota;

II - a ilha Redonda e a ilhota Filhote da Redonda, bem como a área marinha num raio de 10m (dez metros) ao redor da ilha e da ilhota;

III - a ilha Rasa, bem como a área marinha num raio de 200m (duzentos metros) ao seu redor.

Art. 2º No Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, ficam proibidos:

I - qualquer atividade que possa pôr em risco a integridade dos ecossistemas e a harmonia da paisagem;

II - qualquer atividade em desacordo com o plano de manejo da unidade;

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	8 / 2010
Fls.	43

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	8 / 2010
Fls.	5

III - competições esportivas, bem como quaisquer atividades que possam perturbar a fauna aquática e as aves marinhas que habitam essas ilhas e seu entorno;

IV - a utilização de barracas ou qualquer tipo de acampamento, sem prévia autorização do órgão gestor da unidade;

V - o porte ou a utilização de explosivos, granadas, armas de fogo e outros equipamentos capazes de abater animais;

VI - a pesca com a utilização de redes, armadilhas e outras artes de pesca predatórias.

Art. 3º O órgão gestor do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras coordenará, ouvidos os órgãos estaduais e municipais competentes, bem como os representantes da comunidade local, a elaboração do plano de manejo da unidade, o qual contemplará, entre outras, diretrizes para:

I - a conservação dos ecossistemas naturais;

II - o desenvolvimento ordenado do ecoturismo, do mergulho e da pesca;

III - a promoção de atividades científicas e educativas destinadas ao uso sustentável dos ecossistemas;

IV - o ordenamento de atividades no entorno da unidade.

Art. 4º O Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por proprietários de terras localizadas em seu interior.

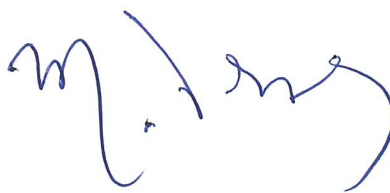
Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	8 / 2010
Fls.	41

Parágrafo único. Com vistas em assegurar a adequada implantação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, o órgão gestor pode, observada a legislação em vigor, firmar convênios, acordos ou termos de cooperação com instituições públicas ou privadas.

Art. 5º Aplicam-se ao infrator do disposto nesta Lei as sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos causados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de março de 2010.



Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
____ nº ____ / ____
Fls. <u>6</u>

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
<u>VET</u> nº <u>8</u> / <u>2010</u>
Fls. <u>45</u>

LEI Nº 12.229 , DE 13 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º Fica criado o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, situado no Oceano Atlântico, ao largo da Praia de Ipanema, no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de preservar:

I - remanescentes do ecossistema insular do domínio da Mata Atlântica;

II - belezas cênicas;

III - refúgio e área de nidificação de aves marinhas migratórias.

Parágrafo único. Compõem o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras:

I - as ilhas Cagarras, Palmas e Comprida e a ilhota Filhote da Cagarra, bem como a área marinha num raio de 10m (dez metros) ao redor das ilhas e da ilhota;

II - a ilha Redonda e a ilhota Filhote da Redonda, bem como a área marinha num raio de 10m (dez metros) ao redor da ilha e da ilhota;

III - (VETADO)

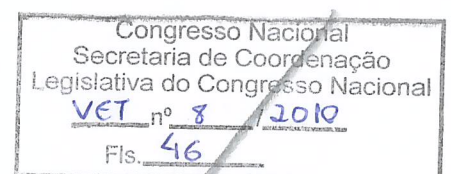
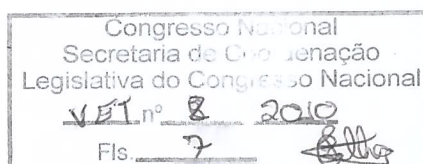
Art. 2º No Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, ficam proibidos:

I - qualquer atividade que possa pôr em risco a integridade dos ecossistemas e a harmonia da paisagem;

II - qualquer atividade em desacordo com o plano de manejo da unidade;

III - competições esportivas, bem como quaisquer atividades que possam perturbar a fauna aquática e as aves marinhas que habitam essas ilhas e seu entorno;

IV - a utilização de barracas ou qualquer tipo de acampamento, sem prévia autorização do órgão gestor da unidade;



V - o porte ou a utilização de explosivos, granadas, armas de fogo e outros equipamentos capazes de abater animais;

VI - a pesca com a utilização de redes, armadilhas e outras artes de pesca predatórias.

Art. 3º O órgão gestor do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras coordenará, ouvidos os órgãos estaduais e municipais competentes, bem como os representantes da comunidade local, a elaboração do plano de manejo da unidade, o qual contemplará, entre outras, diretrizes para:

I - a conservação dos ecossistemas naturais;

II - o desenvolvimento ordenado do ecoturismo, do mergulho e da pesca;

III - a promoção de atividades científicas e educativas destinadas ao uso sustentável dos ecossistemas;

IV - o ordenamento de atividades no entorno da unidade.

Art. 4º (VETADO)

Parágrafo único. Com vistas em assegurar a adequada implantação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, o órgão gestor pode, observada a legislação em vigor, firmar convênios, acordos ou termos de cooperação com instituições públicas ou privadas.

Art. 5º Aplicam-se ao infrator do disposto nesta Lei as sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos causados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de abril de 2010; 189º da Independência e 122º da República.



Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 8 / 2010
Fls. 8

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 8 / 2010
Fls. 47

Veto 8/2010

MCN 25/2010

Aviso nº 216 - C. Civil.

Em 13 de abril de 2010.

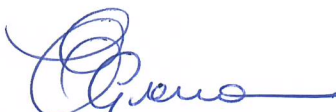
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto parcial.

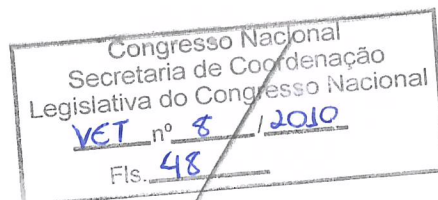
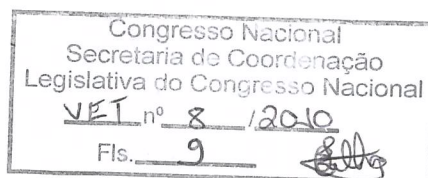
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 1.683, de 2003 (nº 19/05 no Senado Federal), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.229, de 13 de abril de 2010.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



✓
16.04.10

Recebi em 15/04/2010
às 15h43min
Luciana

Ofício nº 667 (SF)

Brasília, em 20 de abril de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

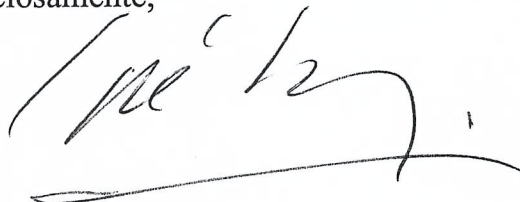
Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 25, de 2010-CN (nº 176/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (PL nº 1.683, de 2003, na origem), que "Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

gab/Of-CN/veto-plc05-019

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	8 / 2010
Fls.	10

Secretaria de Expediente
VET Nº 8/10
Fls. 19

Sec. Geral da Mesa SESP 20/ABR/2010 - 09:32
Ponto: 5026 Ass.: Veto a 2 D19EM:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005
(nº 1.683/2003, na Casa de origem)

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.

AUTOR: Dep. Fernando Gabeira

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 13/8/2003 – DCD de 9/9/2003

COMISSÕES:

Defesa do Consumidor

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Julio Lopes

Dep. Professor Luizinho

Dep. Antonio Carlos Biscaia
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE nº 90, de 18/3/2005

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 21/3/2005 – DSF de 22/3/2005

COMISSÕES:

Constituição, Justiça e Cidadania

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e
Fiscalização e Controle

Diretora

RELATORES:

Sen. Patrícia Saboya
(Parecer nº 1.571/2009-CCJ)

Sen. Marisa Serrano
“ad hoc”
(Parecer nº 1.572/2009-CMA)

Sen. Mão Santa
(Parecer nº 2.288/2009- CDIR)
(Redação do Vencido)

ENCAMINHAMENTO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL À
CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício SF nº 3.185, de 22/12/2009

TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 22/12/2009 – DCD de 3/2/2010

COMISSÕES:

Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

RELATORES:

Dep. Edson Duarte

Constituição e Justiça e de Cidadania

Dep. Emiliano José

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 2, de 24/3/2010.

VETO PARCIAL Nº 8, DE 2010

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005

Mensagem nº 25/2010-CN

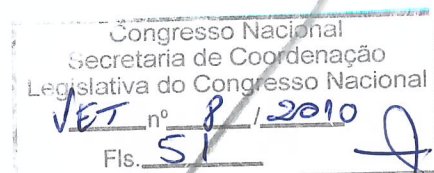
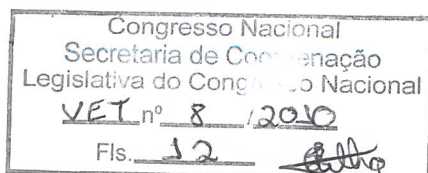
Parte sancionada:

Lei nº 12.229, de 13 de abril de 2010

D.O.U. - Seção 1, de 14/4/2010

Partes vetadas:

- inciso III do *caput* do parágrafo único do art. 1º ; e
- *caput* do art. 4º.




LEITURA:


COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

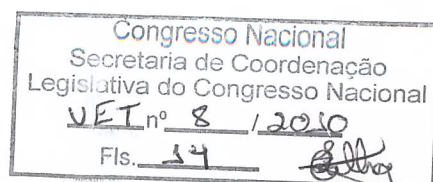
Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
<u>VET</u> nº <u>8</u> / <u>2010</u>
Fls. <u>13</u> 

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
<u>VET</u> nº <u>8</u> / <u>2010</u>
Fls.: <u>52</u> Rubrica: 

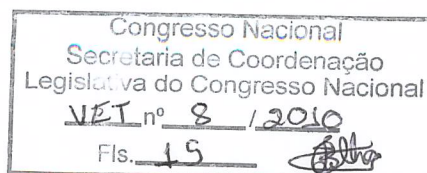
CN – 6-5-2010

11 horas

Sobre a mesa veto presidencial que será lido
pelo Senhor Primeiro Secretário.



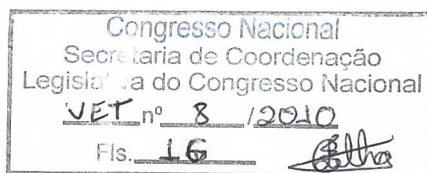
Veto Parcial nº 8, de 2010 (Mensagem nº 25, de 2010-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (nº 1.683/2003, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras”.



O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados as indicações dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto que acaba de ser lido.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 5 de junho de 2010.

A matéria vai à publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1001/2010/SGMP

Brasília, 29 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A


Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 667, de 20 de abril de 2010, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados, **EDUARDO CUNHA (BLOCO PMDB), SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB) e EDSON DUARTE (PV)**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.683, de 2003, que "Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras".

Atenciosamente,


MICHEL TEMER
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 8 / 2010
Fls.: 17 Rubrica: 



Documento : 46874 - 1

VETO 8/2010